

GONZALO AGUIRRE BELTRÁN E A POLÍTICA INDIGENISTA: FORJANDO A NAÇÃO MEXICANA

Caroline Faria Gomes¹

Resumo: Desde a independência nacional a população indígena foi vista como o principal entrave à construção de um Estado-nação monoétnico no México. A partir do século XX o Estado mexicano iniciou um projeto de transformação política e cultural, chamado indigenismo, objetivando integrar a população poliétnica do México. Nesse momento o antropólogo Gonzalo Aguirre Beltrán ganhou destaque ao formular uma política integracionista que logo foi adotada como oficial pelo Estado mexicano. Esse trabalho pretende analisar aspectos da política indigenista integracionista, elaborada por Aguirre Beltrán e pautada na indução da integração das comunidades indígenas ao mundo mestiço. Nesse panorama, trabalharemos o conceito de aculturação formulado pelo autor, bem como sua operacionalização dentro de tais comunidades com a finalidade de se construir um Estado-nação monoétnico.

Palavras-chave: Indigenismo; México; Gonzalo Aguirre Beltrán.

Abstract: Since the national Independence, the indigenous population was seen as the main obstacle to the construction of a monoethnic nation-state in Mexico. From the twentieth century onwards, the Mexican state started a project of political and cultural transformation, called indigenism, intending to integrate the polyethnic population of Mexico. At that moment, the anthropologist Gonzalo Aguirre Beltrán stood out by formulating an integrationist policy that was soon embraced as the official one by the Mexican state. This work intends to analyze aspects of the integrationist indigenist policy, elaborated by Aguirre Beltrán and based on the induction of the indigenous communities' integration to the mestizo world. In this perspective, we will study the concept of acculturation formulated by Beltrán, as well as its operationalization within such communities in order to build a monoethnic nation-state.

Keywords: Indigenism; Mexico; Gonzalo Aguirre Beltrán.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com financiamento da Capes. Este artigo é parte de nossa pesquisa de mestrado, cujos resultados encontram-se em nossa dissertação sob o título A Construção da nação mexicana através do indigenismo de Gonzalo Aguirre Beltrán (2014). Endereço eletrônico: carol.fariagomes@gmail.com.

O México é um país de longa trajetória indigenista. De modo geral podemos dizer que o indigenismo foi uma política formulada por não índios para tratar da população indígena. À época da colônia esse tratamento se traduziu em uma liberdade protegida e um controle político e econômico. De acordo com Manuel Maria Marzal (1993) o colapso da conquista significou o desaparecimento de alguns grupos indígenas por meio de guerras, pestes ou miscigenação com a sociedade colonial. No entanto havia o desejo de salvar e proteger a população indígena já que seu trabalho era a base da economia colonial.

Com a independência nacional surgiu a ideia de que o México, para constituir um verdadeiro Estado-nação, deveria garantir a igualdade de todos seus cidadãos, essa era a essência do projeto liberal. No entanto a igualdade almejada muitas vezes se tornou sinônimo de homogeneização e a população indígena foi vista como o principal entrave para a concretização do projeto homogeneizador. Convertidos em cidadãos iguais, muitos indígenas se viram privados de suas terras frente ao avanço do latifúndio e das práticas capitalistas. Logo se percebeu que a cidadania universal e igualitária que garantia a igualdade jurídica não poderia ser estabelecida em uma sociedade tão desigual (GIL, 2009).

150 O auge da política indigenista se deu com seu projeto integracionista no pós Revolução Mexicana de 1910. De acordo com Manuel Marzal (1993) o indigenismo integracionista não buscou a igualdade legal dos índios com os demais cidadãos, como se almejou o indigenismo liberal à época da independência mexicana, mas sim a superação da desigualdade real que os governos liberais acentuaram drasticamente.

Nesse panorama surgiu um amplo debate na antropologia acerca de como seria a participação dos indígenas na nação mexicana. Da teoria logo se partiu à ação governamental e ao trabalho de campo. Nesse momento as elites intelectuais mexicanas definiram uma identidade nacional única, baseada na mestiçagem. Uma das obras pioneiras no assunto foi o livro *Forjando Pátria* de Manuel Gamio que defendia a fusão da cultura branca e indígena para formar o mestiço, que encarnaria a identidade nacional. Após a Revolução Mexicana essa política de fusão se tornou a oficial do governo que definiu o que deveria ser a identidade do México e de sua população (NAVARRETE, 2004).

Em sua primeira fase, que ocorreu entre a década de 1920 e 1940, a política indigenista priorizou a educação e as missões culturais promovidas pela Secretaria de Educação Pública, à época dirigida por José Vasconcelos, com o fim de integrar as comunidades indígenas. A partir de 1940 o indigenismo integracionista mexicano entrou em uma nova fase mais voltada para a antropologia aplicada. Nesse contexto,

antropólogos a serviço do governo, como Manuel Gamio, Alfonso Caso e Gonzalo Aguirre Beltrán, iniciaram um profundo estudo das comunidades indígenas com o fim de conhecer suas características e necessidades. A partir desses estudos o governo deveria formular e implantar políticas de apoio educacional, econômico e social para que as comunidades superassem a condição de pobreza e se integrassem a nação mexicana. A figura do médico e antropólogo Aguirre Beltrán ganhou destaque. Um aspecto fundamental de sua atuação foi o fato de que seus modelos teóricos foram colocados em prática devido à sua atuação como diretor de programas de antropologia aplicada. Além disso, sua posição teórica movimentou uma intensa atividade de investigação de campo (KORSBAEK; SÁMANO, 2007).

Gonzalo Aguirre Beltrán nasceu em 1908 em Veracruz e graduou-se em medicina pela Universidade Autônoma do México. Iniciou um trabalho monográfico de investigação sobre a salubridade do município de Huatusco, onde atuava que lhe rendeu a publicação de um livro em 1940. A partir daí Aguirre Beltrán enveredou-se na carreira de cientista social. Ele deu uma vasta contribuição teórica aos estudos de Antropologia. Além de relatórios antropológicos ele ainda escreveu obras que contemplaram temas como: a etnohistória, a cultura negra, o indigenismo e a troca cultural, e a defesa do indigenismo integracionista (REYES SERRANO, 2006).

Aguirre Beltrán ao longo de sua obra deixou claro que o indigenismo não é uma política formulada por indígenas para resolução dos problemas de suas comunidades, e sim uma política em que o grupo nacional elabora o tratamento que será dado aos grupos indígenas de acordo com os interesses nacionais. Nessa perspectiva a política indigenista é formulada como uma solução para a construção da nação homogênea. Ao longo de seu livro *Obra Polémica*, publicado em 1976, Aguirre Beltrán refletia sobre os fatores que prejudicavam a construção da nação mexicana. Para ele, uma das principais dificuldades era o fato de os indígenas possuírem uma visão reduzida de dentro de suas comunidades e, por isso, não terem uma noção mais ampla de nacionalidade. Além disso, outra dificuldade exposta por Aguirre Beltrán é o fato de existirem, na América, povos com culturas e raças diversas. Segundo ele, na Europa não ocorreu esse problema já que os grupos étnicos tinham um nível cultural e organizacional semelhantes, todos eram brancos, cristãos e civilizados, e, por isso, gozavam de mais igualdade. Segundo Aguirre Beltrán houve mescla cultural na Europa, no entanto, ela não se deu entre troncos raciais tão diferentes, como o ocorrido na América. Na Europa a mescla racial não chegou a originar outra categoria social denominada mestiço. Segundo Aguirre Beltrán:

Las características peculiares del desarrollo histórico de México determinaron que, al momento de la Independencia, el único grupo en situación material de llevar a cabo la empresa de la formación nacional lo fuera el criollo, que había creado, en los años que antecedieron a la emancipación, un espíritu nacional. La población mezclada fue prontamente asimilada y, según ya hemos visto, con el tiempo tomó la tarea en sus manos. La población india, abruptadoramente mayoritaria, fue el grupo de cuya asimilación dependía el éxito de la empresa (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p.75).

Diante do exposto percebemos que a visão de Aguirre Beltrán é profundamente marcada pelo ideal de um Estado, uma nação, no qual cada nação deve ter sua unidade política própria. Foi pensando na concretização desse ideal que toda a política indigenista integracionista foi formulada. No entanto, Ernest Gellner, teórico do Estado-nação, alertou que a diversidade cultural levou o nacionalismo a ser um jogo de soma negativa, já que existem mais culturas com potencial de formar Estados do que espaço para formação de Estados viáveis. Com isso, muitas culturas não atingem o ideal nacionalista de fusão com unidades políticas e acabam sendo incorporadas a Estados com uma cultura superior distinta (GELLNER, 2000).

152

Segundo Lechner (2002) na América Latina a criação do Estado-nação tornou-se pré-requisito para a construção da ordem política. Para ele o Estado criou a nação, portanto ela não é natural, mas antes um instrumento político que integra a população como um nós em oposição aos outros. Nesse sentido a criação de uma identidade nacional tornou-se fundamental na medida em que ela serviu tanto para integrar as classes sociais dominantes como também para diferenciá-las do povo. Nesse ponto Lechner (2002) concorda com o teórico da nação, Benedict Anderson (2008) que usa o termo comunidades imaginadas para argumentar que as culturas nacionais são compostas de símbolos e representações com as quais podemos nos identificar, para construir identidades. Todas as memórias e histórias que conectam e constroem a identidade da nação mostra que elas não são naturais, mas comunidades imaginadas.

Um dos grandes avanços de Aguirre Beltrán para a política indigenista e para a antropologia no geral foram seus estudos sobre as trocas culturais, no qual ele elaborou o importante conceito de aculturação. A posição de Gonzalo Aguirre Beltrán com relação a definição de aculturação se aproxima da proposta pela Associação Norte-americana de Antropologia, elaborada pelos antropólogos Redfield, Linton e Herskovits (1936). Ao escreverem o Memorandum for the study of acculturation esses teóricos afirmaram que: “[...] aculturação compreende aqueles fenômenos resultados de quando grupos de indivíduos de culturas distintas entram em contato, contínuo e em primeira mão, com trocas subsequentes nos padrões culturais de um ou de ambos os grupos” (REDFIELD; LINTON; HERSKOVITS, 1936, p. 149-152). Para Aguirre Beltrán,

essa seria uma boa definição operativa, entretanto, ele fez algumas ressalvas. Um aspecto positivo dessa definição seria o fato de que ela não limita os tipos de contato e ainda estabelece a modificação recíproca nos padrões culturais originais de cada grupo. Essa posição coloca o processo de aculturação como uma fase da troca cultural que seria gerado não só por forças externas, mas também por forças internas, dentro das próprias culturas. No entanto, para Aguirre Beltrán, essa definição não chama a atenção para as trocas de posição que os grupos podem experimentar ao longo de seu contato.

Aguirre Beltrán pretendia induzir a aculturação nas comunidades indígenas mexicanas em favor da homogeneização cultural e consequente formação do Estado-nação moderno, objetivo principal do indigenismo mexicano. A esse respeito o autor afirmou que:

Todo proceso de formación nacional implica necesariamente la asimilación de los grupos heterogéneos, por uno de ellos, que adquiere el carácter de nacionalidad dominante; se produce, consecuentemente, la pérdida de las particularidades culturales de los distintos grupos en favor de una cultura de índole general que hace posible la emergencia de un espíritu nacional. La absorción de la personalidad y los valores propios de cada grupo es un proceso permanente de inclusión, exclusión y conclusión en la estructuración de la cultura nacional, a costa siempre de la aniquilación de las culturas regionales, en aquellos aspectos que son incompatibles con la coexistencia (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 74).

153

Nesse trecho o Aguirre Beltrán deixa implícito seu conceito de aculturação, que, para ele, seria um processo contínuo de intercâmbio cultural entre o mundo mestiço e o indígena no qual ambas culturas transmitiriam e agregariam alguns de seus diversos valores. Nesse sentido a aculturação seria um processo dinâmico que tenderia a diminuir as diferenças culturais entre os dois grupos até que elas acabassem e com isso se formasse um único e homogêneo grupo que encarnaria a identidade nacional mexicana (FAVRE, 1998). No entanto, como afirmou Frederik Barth (1976), as zonas de contato entre as culturas, chamadas fronteiras, são o espaço em que elas se transformam, se reproduzem e também se reafirmam. Esse contato não implica necessariamente aculturação, aniquilação ou apagamento de identidades, como afirma Aguirre Beltrán. De acordo com Barth, nas situações de fronteira, as culturas assumem um papel ativo, determinando o que deve ser transmitido e o que deve ser agregado, com isso as culturas se reelaboram constantemente. É ilusório pensar que essas relações sempre se dão de forma amistosa, já que esse é o espaço de manipulação das identidades, no qual os atores, longe de se assimilarem ou aculturarem, atuam politicamente buscando assumir a identidade mais vantajosa. Mesmo que algumas situações de contato

sejam desfavoráveis, alguns grupos ao invés de ceder à aculturação, reafirmam suas identidades (CARVALHO, 2006).

Gutierrez Chong (2001) afirmou que, apesar de haver um nacionalismo unificador que usa a educação e, a todo momento, invoca um passado étnico comum, a lealdade indígena às suas comunidades locais não acabou, pelo contrário, ela persiste ainda hoje, se reproduz e busca reconhecimento. No trabalho de reprodução de suas etnicidades, muitas vezes essas comunidades usam vantagens do próprio mundo moderno, como comunicação em massa, mobilidade, educação implantada pelo Estado, e outros. A autora ainda afirma que o projeto nacionalista de integração não pôde se completar devido à expansão contínua da industrialização, já que a tecnologia e a comunicação têm gerado novas formas de expressão para os grupos étnicos.

Na contramão do que se tem afirmado, a globalização ao invés de homogeneizar, tem dado abertura a novas identidades particularistas, a esse respeito Lechner afirma que:

No solo las fronteras nacionales se han vuelto porosas; todos los límites sociales se mueven: los límites de género y clase, entre lo conocido y desconocido, entre adentro y afuera, entre el prójimo y el extraño. La distinción entre lo propio y lo ajeno se desdibuja. Es decir, el flujo abigarrado de la vida social parece carecer de un punto de sutura que acote lo que llamamos de "sociedad" (LECHNER, 2002, p. 91).

154

Segundo Stuart Hall (2003), o aumento do ritmo da integração global a partir da década de 1970, tem trazido consequências para as identidades culturais, como o declínio de algumas identidades nacionais que dão lugar a novas identidades híbridas e a intensificação e reforço das identidades locais devido à resistência à globalização. Os conflitos étnicos que emergiram no México, a partir da década de 1970, confirmam que, ao invés de ocorrer a unificação das culturas, como propôs Aguirre Beltrán, o que de fato aconteceu foi uma reafirmação das identidades indígenas.

Trabalhando com a hipótese de que a etnicidade é manipulada pelos atores sociais no decorrer de suas interações, ao longo de nosso trabalho, percebemos que ela se torna um instrumento de construção e modificação de suas realidades. Com isso, no decorrer dessas negociações os atores tentam assumir a identidade mais vantajosa (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). A temática das identidades tem se tornado central em praticamente todos os campos das ciências sociais, até o ponto de se tornar o prisma pelo qual se analisa e compreende todos os demais interesses da vida contemporânea. Presente a todo momento em nosso estudo e traduzido pela tentativa do Estado mexicano de construir uma identidade nacional baseada na mestiçagem e

na homogeneização das demais identidades étnicas, o debate sobre as identidades traz a tona o poder das representações na manipulação destas.

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e os movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação (SILVA; WOODWARD, 2007, p. 90).

No mundo moderno as identidades nacionais constituem uma das principais identidades culturais. Apesar de muitas vezes serem colocadas como essenciais, as identidades nacionais são pensadas e transformadas no interior das representações. Com isso, a nação passa a ser pensada como um sistema de representação cultural. Uma cultura nacional, tal como a nação, é um discurso que, a todo o momento, constrói símbolos e representações para que os indivíduos se considerem inseridos dentro daquela *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008).

A construção de mitos e museus nacionais como símbolos de um passado histórico dito em comum, torna-se fundamental para a construção da memória nacional. No caso do México um exemplo torna evidente esse uso do passado: o Museu de Antropologia. Segundo Octavio Paz (1984), a disposição das salas do museu leva o visitante a percorrer as representações das civilizações olmecas, zapotecas até chegarem à sala principal e mais opulenta, a que representa os astecas. Para o autor essa visão é falsa, já que os astecas de forma nenhuma representam a culminância das diversas culturas que o precederam. O culto propagado pelo museu é o mesmo presente nos livros didáticos e no discurso do Estado que tenta fixar o que é a história comum e vinculá-la à identidade nacional. Como bem nos lembra Lechner (2002), essa operação mais uma vez se trata de refazer a história visando o futuro, a promessa do amanhã melhor. O cientista social mexicano Federico Navarrete (2004) também critica a organização do Museu de Antropologia afirmando que assim como as políticas governamentais da atualidade, o museu garante a valorização dos índios mortos, do passado, se esquecendo da valorização dos povos indígenas da atualidade que lutam pelo seu reconhecimento. Nesse panorama as populações indígenas são vistas como algo a ser valorizado e deixado no passado, sendo incompatível com a modernidade. Como afirmou Lechner (2002), em nome da governabilidade se enfatiza o futuro possível (uma manhã melhor) em detrimento dos conflitos passados, que no caso mexicano o futuro seria a modernização cuja homogeneização do Estado-nação, seria um pré-requisito. O Estado tenta então silenciar o passado em nome de um futuro

grandioso e comum, no entanto, calar o passado não elimina as divisões sociais.

Percebe-se, no citado caso do museu e de outros artifícios, o uso da memória na construção da identidade nacional. Sobre esse tema, Stuart Hall asseverou que:

As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2003, p. 51)

Nesse sentido, nota-se que os usos do passado e a construção da memória se ligam intrinsecamente ao projeto de nação encabeçado pelo Estado mexicano. Lechner (2002) complementa essa análise ao afirmar que a memória é um ato do presente já que o passado não é algo dado, somente uma parte dele nos é dado, a outra parte é ficção. Em suas próprias palavras:

La pluralidad de memorias conforma un campo de batalla en que se lucha por el sentido del presente en orden a delimitar los materiales con los cuales construir o futuro. A la luz del presente las memorias seleccionan y interpretan al pasado. Algunas cosas son valoradas otras son rechazadas. [...] Pero los diferentes usos (da memoria) se guían por una misma brújula: el futuro. Es en miras del futuro que el pasado es revisado y reformulado. La memoria establece continuidades y rupturas y es ella misma un flujo temporal (LECHNER, 2002, p. 62).

156

Essa análise nos remete ao conceito de representação de Michel de Certeau (2001) quando este afirma que o *real* representado não corresponde ao real que determina sua produção, já que por trás dessa figuração do passado, se esconde o presente que o organiza. O peso de realidade conferido à literatura historiográfica faz com que seja camuflada as reais condições de produção da representação das realidades históricas. A narrativa do historiador enfatiza alguns aspectos, e omite outros, desperta nacionalismos e esconde traumas, nesse jogo de pretender relatar o real, ela o fabrica de acordo com sua intenção.

Certamente essa representação do fazer história desempenha seu papel, indispensável, em uma sociedade ou em um grupo: ela procede incessantemente, à reparação das dilacerações entre o passado e o presente; assegura um “sentido” que supera as violências e as divisões do tempo; cria um teatro de referências e valores comuns que garantem uma unidade e uma comunicação simbólica (CERTEAU, 2001, p. 51).

O projeto indigenista mexicano foi profundamente marcado pela identificação entre o Estado e a nação. Com isso, o governo mexicano buscava unificar a identidade nacional em uma única identidade cultural, para que todos fossem representados como membros de uma mesma comunidade. Nesse processo o Estado mexicano valeu-se da ideologia da mestiçagem utilizando-se da supressão das diferenças culturais. O projeto indigenista buscou representar uma identidade única e homogênea e essa meta fica clara quando Aguirre Beltrán afirma que:

El indigenismo no está destinado a procurar la atención y el mejoramiento del indígena como su finalidad última sino como un medio para la consecución de una meta mucho más valiosa: el logro de la integración y el desarrollo nacionales, bajo normas de justicia social, en que el indio y el no-indio sean realmente ciudadanos libres e iguales (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 27).

Como vemos, para Aguirre Beltrán todo desenvolvimento nacional implica na assimilação de certos grupos em favor da formação de uma nacionalidade dominante. No entanto, podemos argumentar que, assim como afirma Stuart Hall (2003), as nações não passam de um discurso que representa a diferença como forma de dar unidade e identidade. Nessa perspectiva as comunidades indígenas foram vistas como diferentes do contexto nacional. Entretanto as identidades nacionais continuam sendo representadas como unificadas e um dos mecanismos usado nesse processo se daria através das relações de poder em que uma cultura seria entendida como subjacente a todos que partilham o espaço geográfico do Estado-nação (HALL, 2003).

157

Uma forma de unificá-las (as identidades nacionais) tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de "um único povo". A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimento de "lugar"- que são partilhadas por um povo. É tentador portanto utilizar a etnia dessa forma "fundacional". Mas essa crença acaba no mundo moderno por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais (HALL, 2003, p. 62).

Partindo dessa afirmação, que corrobora a impossibilidade da homogeneidade cultural em um Estado-nação, atentamos para o fracasso da política indigenista. A pluralidade étnica do Estado mexicano e dos demais Estados-nação impõe que nenhuma identidade particularista possa pretender ser representante da identidade nacional tampouco da modernidade. Partindo dos estudos de Federico Navarrete percebemos que a reivindicação do direito às diferenças culturais está presente não só no movimento indígena, mas também em outros grupos sociais, inclusive amplos

setores da sociedade mestiça mexicana. Cada um desses grupos possui sua própria maneira de ser cidadão e participar da vida pública. Por isso, reconhecer as identidades comunitárias e reconhecer a diversidade cultural é o único caminho para alcançar a igualdade que sonha a nação mexicana desde suas origens.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. Obra antropológica XI. **Obra Polemica. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.**

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. Obra Antropológica IX. **Regiones de refugio. El desarrollo de la comunidad y el proceso dominical em mestizo América.** México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARMAS, Margarita Nolasco. A antropologia aplicada no México e seu destino final. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). **Antropologia e indigenismo na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1981.

BARTH, Frederik (comp.) **Los grupos étnicos y sus fronteras.** La organización social de las diferencias culturales. Introducción. México: FEC, 1976. p. 9-49.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: **A Economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. p. 107-116

CARVALHO, Francismar. Fronteiras e zonas de contato: perspectivas teóricas para o estudo dos grupos étnicos. **Revista de História (UFES)**, n. 18, p. 49-70, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise:** entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

FAVRE, Henry. **El indigenismo.** México: Fondo de Cultura Económico, 1998.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

GIL, Antonio C. A. **Caminhos da idéia de nação no México contemporâneo:** Globalização, Etnicidade e Identidade Nacional. Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.
- GUTIERREZ CHONG, Natividad. **Mitos nacionalistas e identidades étnicas**: los intelectuales indígenas y el Estado Mexicano. Tradução de Graciela Salazar. México: Plaza y Valdés, 2001.
- KORSBAEK, Leif e SÁMANO RENTERÍA, Miguel Angel. El indigenismo em México: Antecedentes y actualidad. **Ra Ximhai**. Universidad Autónoma Indígena de México, v. 3, n. 1, p. 195- 294, 2007
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura. Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LECHNER, Norbert. **Las sombras del mañana**: La dimensión subjetiva de la política. Santiago: LOM, 2002
- MARIA MARZAL, Manuel. **Historia de la antropología indigenista**: México y Perú. Peru: Anthoropos, 1993.
- NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas**. México: Unam, 2004.
- PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- REDFIELD, Robert, LINTON, Ralph, HERSKOVITS, Melville J. "A Memorandum for the Study of Acculturation." **American Anthropologist** v. 38, n. 1. p. 149-152, 1936.
- REYES SERRANO, Sofía Lilí. **La condición humana en la obra de Gonzalo Aguirre Beltrán**. Universidad Autónoma del Estado de Mexico. México, 2006. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/critica/generales/C-H/mexico/aguirre.htm>. Acesso em 08/07/2012.
- SÁNCHEZ, Consuelo. **Los pueblos indígenas**: del indigenismo a la autonomia. México: Siglo XXI, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007
- SMITH, Anthony D. Criação do Estado e da Nação. In: HALL, John (org.). **Os Estados na História**. Tradução de Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago, 1992.